Os sertões do cerrado no século XVII

passagem do século XVII para o século XVIII pode ser representada, inicialmente, por grandes conquistas e avanços que o primeiro século produziu nos níveis políticos, econômicos e tecnológicos. Consolidou-se e foi ampliada a monarquia absoluta; expandiu-se e desenvolveu-se o sistema mercantilista; e as tecnologias de transporte e comunicação saltaram para níveis jamais vistos. Mas o novo século pressentia que tudo o que até então fora conquistado ainda se prendia a uma ordem social arcaica e a uma mentalidade antiga cuja superação inspiraria uma nova forma de pensar.

O pressuposto de uma nova ordem promoveu o encontro entre o desejo de novas relações sociais e econômicas, de uma parte, e, de outra, a vontade de explicar e conhecer o mundo sob novas bases, sob os argumentos da razão. Assim, os conflitos e as conquistas do Ocidente, nesse período, devem ser vistos como frutos das contradições então presentes e dos caminhos que a história abriu para a realização dos desejos humanos.

O Brasil desponta como uma das maiores riquezas do mundo, em que pese o fato de estar sujeito à coroa portuguesa, fazendo deste reino uma grande potência. Mesmo os avanços das manufaturas inglesas no mercado mundial e a dependência que Portugal passou a ter daquela nação não fez sucumbir, de imediato, a opulência que o reino lusitano exibia. O padre Antonil, ainda no século XVIII, destacava o quanto a riqueza do ouro brasileiro era maior que os números que apareciam nos dados oficiais:

Houve ano em que, de todas estas minas ou ribeiros, se tiravam mais de cem arrobas de ouro, fora o que se tirava e tira escondidamente de outros ribeiros que os descobridores não manifestaram, para os não sujeitarem logo à repartição. E, se os quintos de El-Rei chegaram a dezassete e a vinte arrobas, sonegando-se tanto ouro não quintado, bem se deixa ver que o ouro que cada ano se tira, sem encarecimento algum, passa de cem arrobas, e que nestes dez anos passados se tem tirado mais de mil arrobas. E, se nos primeiros anos não chegaram a cem arrobas, nos outros certamente passaram. E continuando ao presente o rendimento com igual ou maior abundância por razão do maior número dos que se empregam em catar, só os quintos devidos a Sua Majestade se foram notavelmente diminuindo, ou por se divertir para outras parte o ouro em pó, ou por não ir à Casa do Quintos, ou por usarem alguns de cunhos falsos, com engano mais detestável. Mas, ainda assim, não deixou Sua Majestade de ter grande lucro na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, porque comprando o ouro a doze tostões a oitava, e batendo-se em dous anos três milhões de moeda nacional e provincial de ouro, foi lucrando 600 mil cruzados de avanço.1

Devoto do reino português, Antonil encerra o seu *Cultura e opulência do Brasil*, lembrando o quanto esta colônia representa sua metrópole:

Pelo que temos dito até agora, não haverá quem possa duvidar de ser hoje o Brasil a melhor e mais útil conquista, assim para a Fazen-

¹ André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*, "Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa", in http://www.bibvirt.futuro.usp.br, acessado em 27.02.2006.

da Real, como para o bem público, de quantas outras conta o reino de Portugal, atendendo ao muito que cada ano sai destes portos, que são minas certas e abundantemente rendosas.²

O desejo e a procura de ouro no Brasil datam dos primeiros passos da ocupação portuguesa, mas a sua descoberta é tardia, em relação aos achados espanhóis. A coroa portuguesa ressentia-se da enorme diferença que existia na captação de metais preciosos, em comparação com os espanhóis. As entradas para o interior do Brasil tinham como objetivo a apreensão de índios para o trabalho escravo; não significava isso que a busca por ouro e outras riquezas minerais estavam descartadas, pois havia alguns bandeirantes que, na captura de índios, acabavam levando também um pouco de ouro achado nos ribeirões por onde passavam. Nesse sentido, pode-se considerar a referência de Bertran ao imenso legado de mitos que, desde o século XVI, alimenta a imaginação dos bandeirantes:

Havia mais ainda, também em São Paulo, e transmitido pelos índios, o sempre eterno mito da lagoa Paraupava, ou Vupabuçu, ou Eupana, ainda Xaraiés, Dourada, do Ouro ou Paytiti, e que tinha como mito complementar o da serra de Ouro, chamada pelos índios por Sol da Terra, Sabarabuçu. Ficaria próxima à lagoa Vupabuçu ou Paraupava, nas nascentes do São Francisco, segundo as lendas bandeiristas da época.³

Quando foi descoberto ouro nas Minas Gerais, no final do século XVII, descortinou-se para o colono a enorme região que, rumo ao Oeste, passa pelos Goyazes, alcançando o Mato Grosso. Os des-

² André João Antonil, op. cit., p. 88.

³ Paulo Bertran, História da terra e do homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal – do indígena ao colonizador, 2. ed., Brasília, Verano, 2000 [1994], p. 42.

cobertos de Cuiabá (1718) e de Vila Boa (1726) provocaram um fluxo de mineradores de outros lugares do Brasil, muitos até, vindos de Portugal, implementando um movimento urbanístico nos sertões, calcado na ocorrência dos arraiais, que, a princípio, eram acampamentos provisórios com cobertura de palha montados próximos às minas e voltados para a exploração do ouro, podendo abrigar alguma capela para a devoção religiosa e um certo ordenamento, constituindo ruas que desembocavam nas lavras e possibilitavam o fluxo entre as casas no acampamento. Em um segundo momento, esses arraiais que, pela mineração mais duradoura, ou pela posição administrativa como a capital, ou mesmo pela mudança do ouro para a agricultura motivada pela escassez do minério, fixaram-se, provocando mudanças na arquitetura e na definição do espaço urbano, constituindo, assim, um caráter permanente de ocupação do espaço.

O surgimento do arraial está vinculado à descoberta do ouro e à divisão do descoberto em partes conhecidas por datas, conforme descrita por Antonil:

Para evitar a confusão, o tumulto e as mortes que haveria no descobrimento dos ribeiros de ouro, se assentou o que pertence às repartições desta sorte. Tem o descobridor a primeira data, como descobridor, e outra como mineiro; segue-se a que cabe a El-Rei, e, atrás desta, a do guarda-mor; as outras se distribuem por sortes. As que chamam datas inteiras são de trinta braças em quadra, e tais são a de El-Rei, e as do descobridor e guarda-mor. As outras, que se dão por sorte, têm a extensão proporcionada ao número dos escravos que trazem para estar, dando duas braças em quadra por cada escravo ou índio, de que se servem nas catas; e assim, a quem tem quinze escravos se dá uma data inteira de trinta braças em quadra. Para ser admitido à repartição por sortes, é necessário fazer petição ao superintendente das ditas repartições, ao qual se dá pelo despacho da petição uma oitava de ouro e outra ao seu escrivão; e às vezes acontece oferecerem-se quinhentas petições e levarem o

repartidor e o escrivão mil oitavas e não tirarem todos os mineiros juntos outro tanto de tais datas, por falharem no seu rendimento; e, por isso, procuram outras datas, havendo descobrimento de novos ribeiros. A data de El-Rei logo se vende a quem mais oferece e pode também qualquer vender ou trocar a sua data; e nisto se viram e vêem a cada passo vários e diferentes sucessos, tirando uns mineiros de poucas braças muito ouro, e outros, de muitas, pouco; e já houve quem por pouco mais de mil oitavas vendeu data, da qual o comprador tirou sete arrobas de ouro. Pelo que se tem por jogo de bem ou mal afortunado, o tirar ou não tirar ouro das datas. ⁴

Extrair uma boa quantidade de ouro dos descobertos requeria investimento em mão-de-obra qualificada nas técnicas de mineração que ia da simples cata do cascalho no rio — conhecida por mineração de aluvião — até as mais aprimoradas, como o talho aberto, que consistia em recolher o cascalho das encostas dos morros utilizando-se de um complexo sistema hidráulico que poderia chegar às suas partes mais altas, e ainda o túnel, que compreendia uma escavação de rocha com o intuito de atingir o ouro mais profundo. As duas últimas formas de mineração eram mais raras e dispendiosas e só apareceram nos Goyazes em um segundo momento, a partir dos anos 1740.

Após os descobertos nas Minas Gerais, a busca pelo ouro nos Goyazes surge como alternativa ao bandeirante diante de sua derrota frente aos emboabas. Impulsionada ao sertão ainda pouco explorado, a bandeira de Bartholomeu Bueno Filho busca, em pleno século XVIII – portanto 200 anos depois da chegada do colonizador ao litoral –, conhecer e ocupar o interior do Brasil.

É importante observar a Capitania dos Goyazes em sua atuação como zona de fronteira. Além de mineradores portugueses, paulis-

⁴ André João Antonil, op. cit., p. 69.

tas e oriundos das Minas Gerais, comerciantes nordestinos e muleiros paulistas desde o início do *boom* da mineração cruzavam as terras goianas por caminhos que, mesmo precários, logo tornaram-se conhecidos, nomeados e intensamente trafegados.

Desde a descoberta do ouro nas margens do rio Vermelho por Anhanguera filho (Bartolomeu Bueno Filho), as povoações se adensaram no território goiano, fazendo surgir tantos arraiais quantas fossem as minas reivindicadas. Aqui, porém, não ficaram os mineiros concentrados em um pequeno espaço do território. Se nas Minas Gerais as vilas e os arraiais amontoavam-se em torno dos rios das Velhas, Paraopebas, das Mortes, e seus afluentes, nos Goyazes as minas e os arraiais espalharam-se por toda a sua porção meridional, inaugurando distâncias deveras complexas para serem trilhadas por viajantes, tropeiros e aventureiros.

Entre os povoados goianos, as distâncias provocavam um certo isolamento que dificultava a sustentabilidade estrutural e econômica dos arraiais. A diminuição da captação do ouro nas lavras levou muitos arraiais à sua total extinção ou, no melhor dos casos, a uma condição de penúria. Situação contrária à das Minas Gerais, quando a proximidade dos arraiais com o crescimento populacional possibilitou a fusão dos povoados numa única área com dimensões maiores fortalecendo a sustentabilidade e determinando a fixação e a permanência dos moradores.

Contudo, conforme bem observou o barão von Eschwege em seus estudos sobre a mineração no Brasil, nas Minas Gerais a curta distância entre os descobertos não necessariamente significava que um povoado tinha conhecimento da existência de outros locais próximos de mineração. Segundo Eschwege, a questão estava no desinteresse por abertura de estradas "através de sítios tão agrestes", ou seja, em regiões de difícil acesso, tão inóspitas e hostis à presença do colonizador. Essa dificuldade remete-nos à reflexão sobre o

tempo necessário para um local de mineração – onde se montavam os primeiros acampamentos para levar adiante o serviço – tornar-se um arraial, merecendo a abertura de estrada e assim inserir-se ao conjunto de arraiais e vilas da capitania. Outra questão é o surgimento do arraial estar ou não concomitantemente ligado à instalação da estrada, bem como o resultado disso no processo do desenvolvimento territorial nas Minas Gerais e nos Goyazes. O que está hoje claro é a importância da estrada – ao lado do arraial – como grande empreendimento da coroa na ocupação dos sertões mineiro e goiano nesses séculos XVII e XVIII.

Nos Goyazes, uma primeira leva de arraiais, entre 1726 e 1729, fez surgir Barra, Ferreiro, Ouro Fino e Sant'Ana; depois, entre 1731 e 1739, descobriu-se ouro em Natividade, Crixás, Anta, Santa Cruz e Meia Ponte. Em 1748, a Capitania dos Goyazes viu-se apartada de São Paulo, confirmando a importância que ganhara, pois Sant'Ana tornara-se vila e recebera o nome de Vila Boa de Goiás, isso em 1739. Importante observar, ainda, a influência da Bahia, fronteira de intenso comércio, que trazia gado e levava ouro. A presença mais intensa do Estado português representava antes a necessidade de controle e de fiscalização da produção aurífera através dos caminhos oficiais, que foram recheados de postos fiscais distribuídos pelas vias principais — Contagens e Registros.

As estradas estabeleciam com os arraiais uma relação fundamental de sustento e ocupação, definindo a presença dos arraiais, pois esses surgiam, em geral, ao longo da estrada, depois que essa já se encontrava estabelecida. As estradas que passavam pelos Goyazes formavam uma estrutura viária que, a partir de pequenas ramifica-

Wilhelm Ludwig von Eschweg, *Pluto brasiliensis*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1979.

ções, consubstanciava-se em duas grandes linhas: uma de Norte a Sul e outra de Leste a Oeste, ligando o território goiano com as capitanias que o circundavam. Nos Goyazes, como assinalamos, destacaram-se as grandes distâncias entre os povoados, o que não favoreceu aos processos de conurbação semelhantes aos casos das Minas Gerais e que também levou à falta de manutenção dos caminhos, quando se enfraqueciam economicamente os povoados. Assim, o enfraquecimento da estrada tem relação direta com o do arraial. Deve-se lembrar que também a estrada é uma forma de ocupação e apropriação do espaço e que a interiorização branca pelos sertões brasileiros, em muitos casos, contou mais com a abertura de estradas do que com a instituição de vilas e arraiais, fazendas e outras formas de ocupação da terra. As estradas atuam assim, como um modo de domesticação e apropriação do espaço, uma forma de estabelecer controle sobre uma "natureza indomada" e sobre as pessoas, pois o trânsito sobre ela também pode ser disciplinado.

As grandes distâncias das estradas eram compensadas pelo fato de passarem nas casas de grandes fazendas. No caminho do viajante, havia as fazendas estrategicamente posicionadas ao longo das estradas entre os arraiais. Nas casas de adobe e taipa, predominava o estilo arquitetônico mineiro, marcado pela ausência do corredor com os cômodos interligados por portas, as janelas de madeira e o forro de palmeira, em algumas poderia haver telhas moldadas pelos escravos. Na frente da casa, talvez um cruzeiro como sinal de posse da terra e, nos fundos, o quintal de mangueiras e jabuticabeiras, com rego d'água para o abastecimento. O pouso para o descanso do viajante e do tropeiro, feito com forro de palha, sem paredes e com armação de madeiras de buriti, situava-se junto à residência. Os limites do pasto do gado eram marcados por valos

(valas fundas e largas) que faziam as vezes de cerca e que, juntamente com a estrada, os rios e córregos, demarcavam a fazenda.

Desde os primeiros momentos da mineração nos Goyazes, sertanejos baianos chegavam com o gado trazido das fazendas do rio São Francisco, o que se tornou uma preocupação para os administradores da capitania paulista, pois o ouro era a moeda corrente e traspassava-se para a Bahia sem o controle e a arrecadação fiscal do Estado. O conde de Sarzedas, em 1732, já anunciava tal preocupação:

Tive notícias de que ao arraial de Meia Ponte havia chegado um comboio de gado e algumas fazendas secas vindas dos currais da Bahia por um novo caminho aberto de próximo, e que conseguida a dita estrada se esperavam novas carregações e muito maior número de gado do rio de São Francisco, Currais e Minas Gerais, de onde se me faz certo estar aberto o caminho para as minas de Guaiases.⁶

Em função disso, procurou o conde de Sarzedas, referindo-se à Carta Régia de 10 de Janeiro de 1730, manter a exigência de que o único caminho que levasse aos Goyazes fosse aquele proveniente de São Paulo. Em sua solicitação ao rei, teve como resposta a decisão do fechamento das demais estradas em 5 de outubro de 1733, embora tal decisão não tenha surtido qualquer efeito prático, pois a vigilância sobre tais caminhos era precária. Confessa o conde que:

A experiência me tem mostrado que toda esta providência, que é a que cabe em mim, é inferior à força com que procuram introduzir gêneros por aquelas com interesse de desencaminhar o ouro sem pagar os quintos, porque tendo notícia o superintendente em uma

⁶ Paulo Bertran, op. cit., p. 80.

ocasião de gêneros que entravam para as Minas mandou um grosso de gente com o seu cabo a fazer tomadia, e sendo avisados por alguns mineiros os que traziam se puseram em resistência, e valendo-se de mais socorro conseguiram matar o cabo, como consta da carta do capitão Fernando Bicudo de Andrade, que também remeto à V. Majestade; e assim devo esperar que à vista de todo o referido V. Majestade se digne de lhe determinar positivamente os meios mais eficazes para remediar o dano que lhe resulta da continuação destas entradas, e da extração do ouro que se desencaminha por aqueles sertões.⁷

Por fim, reconhece o conde de Sarzedas a dificuldade de se manter o controle sobre as estradas e a arrecadação de impostos, apesar dos confiscos realizados e do combate aos contrabandistas. Além dos caminhos para os currais baianos e para a região de Minas Gerais, novos caminhos para o Maranhão e o Piauí foram abertos nesse período de proibição. Assim, cedeu-se ao óbvio e aceitaram os paulistas que estes caminhos fossem oficializados e estabelecidas formas de controle. Paulo Bertran comenta o fato nas seguintes passagens:

Com uma habilidade que não lhe era usual, o conde de Sarzedas convocou em São Paulo uma junta integrada pelas maiores e mais expressivas autoridades paulistas, que convieram sobre o absurdo e a inutilidade do caminho exclusivo para São Paulo, em sessão solene de 25 de abril de 1735.

Acordaram, coração rasgado, com a legalização das estradas sertanejas, e com a instalação de Registros e Contagens em seus acessos, postos fiscais onde o tributo de importação – Entradas – era cobrado sobre os gêneros que dessem "entrada", como o nome indica, nas novas minas. E onde o ouro em pó obtido nas transações mercantis

⁷ Virgílio Noya Pinto, O ouro brasileiro e o comércio anglo-português, "Brasiliana", n. 371, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979, pp. 98-99.

fosse substituído pelas barras já quintadas, isto é, aliviadas em 20 por cento de seu peso, a título do sacratíssimo imposto do Quinto, de propriedade pessoal do rei de Portugal, pela graça de permitir aos súditos a lavra em terras minerais do Reino.⁸



⁸ Paulo Bertran, op. cit., pp. 82-83.